

AJUSTE DIRETO
N.º ADG/I8/2025

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de serviços de segurança e saúde no trabalho



ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS	4
Cláusula 1. ^a Objeto	4
Cláusula 2. ^a Disposições por que se rege o Contrato	4
Cláusula 3. ^a	5
Cláusula 4. ^a Preço base	5
Cláusula 5. ^a	5
Prazo de Execução	5
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	5
SECÇÃO I – Disposições gerais	5
Cláusula 6. ^a	5
Obrigações principais da ADJUDICATÁRIO	5
Cláusula 7. ^a Proteção de dados pessoais	6
Cláusula 8. ^a	7
Patentes, licenças e marcas registadas	7
Cláusula 9. ^a Documentação	7
Cláusula 10. ^a	7
Dever de sigilo e confidencialidade	7
CAPÍTULO III – OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	8
Cláusula 11. ^a Preço contratual	8
Cláusula 12. ^a Condições de pagamento	8
CAPÍTULO IV – CONSEQUÊNCIAS DO INCUMPRIMENTO CONTRATUAL	9
Cláusula 13. ^a Sanções contratuais	9
Cláusula 14. ^a Resolução do contrato	9
Cláusula 15. ^a	9
Casos fortuitos ou de força maior	9
Cláusula 16. ^a	10
Atos imputáveis a terceiros	10
CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS	11
Cláusula 17. ^a Foro competente	11
Cláusula 18. ^a	11
Deveres de colaboração recíproca e informação	11
Cláusula 19. ^a Gestor do Contrato	11
Cláusula 20. ^a Comunicações e notificações	11
Cláusula 21. ^a	12



Subcontratação e cessão da posição contratual	12
Cláusula 22. ^a Contagem dos prazos	12
Cláusula 23. ^a Legislação aplicável	12
A. Gestão Administrativa;	13
B. Programa de Segurança do Trabalho;	13
➤ Gestão do risco profissional:	14
➤ Acidente de trabalho:	14
C. Programa de Saúde do Trabalho;	14
➤ Enfermagem no Trabalho	15
➤ Medicina no Trabalho	15
D. Programa de Promoção de Saúde e Formação;	16

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS

Cláusula 1^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do procedimento de concurso público, que tem por objeto a **aquisição de serviços de segurança e saúde no trabalho para o ano de 2025**.

Cláusula 2.^a

Disposições por que se rege o Contrato

2.1 A execução do Contrato obedece:

- a. às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
- b. ao Código dos Contratos Públicos (doravante CCP);
- c. ao Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016;
- d. à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, na sua atual redação;
- e. à restante legislação e regulamentação aplicável.

2.2 Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:

- a. o clausulado contratual e seus anexos, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pela Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
- b. os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pela concorrente, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela Entidade Adjudicante;
- c. os esclarecimentos e as retificações relativos às peças do procedimento que a Entidade Adjudicante venha a prestar nos termos do artigo 50.º do CCP;
- d. o presente Caderno de Encargos;
- e. a proposta adjudicada;
- f. os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo ADJUDICATÁRIO;

- g. todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 3.^a

Interpretação dos documentos que regem o Contrato

3.1 Em caso de divergência entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da Cláusula anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;

3.2 Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da Cláusula anterior e o clausulado contratual e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código

.

Cláusula 4.^a

Preço base

4.1 O preço base do presente procedimento é de **13.270,00 € (treze mil duzentos e setenta euros)**, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;

4.2 O preço base mencionado no número anterior foi determinado através de consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.º A do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 5.^a

Prazo de Execução

Os serviços constantes do objeto a contratar deverão ser executados após envio da nota de encomenda, até o preço contratual ser totalmente consumido ou a 31/12/2025, conforme o que ocorrer primeiro.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

SECÇÃO I – Disposições gerais

Cláusula 6.^a

Obrigações principais da ADJUDICATÁRIO

O Adjudicatário obriga-se a fornecer os serviços do objeto do contrato a celebrar, de acordo com os prazos e especificações técnicas constantes do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 7.ª Proteção de dados pessoais

7.1 Os dados pessoais a que o Adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, ao abrigo do Contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da Entidade Adjudicante;

7.2 O Adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, ao abrigo do Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Entidade Adjudicante; No caso em que o Adjudicatário seja autorizado pela Entidade Adjudicante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, a mesma será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, obrigando-se a garantir que as empresas subcontratadas cumprirão o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a Adjudicatário celebre com outras entidades por si subcontratadas;

7.3 O Adjudicatário obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente:

- a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso durante a execução do Contrato, ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do Contrato;
- b. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- d. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- f. Prestar à Entidade Adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuados ao abrigo do contrato e manter a Entidade Adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao

incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

g. Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no contrato relativamente a esta matéria.

h. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade ADJUDICANTE venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

i. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a ADJUDICATÁRIO e o referido colaborador.

Cláusula 8.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

8.1 São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização ou fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças;

8.2 Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do Contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário deve indemnizá-la de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 9.^a Documentação

9.1 Toda a documentação produzida pelo Adjudicatário deve ser escrita em português, só podendo sê-lo noutro idioma quando a Entidade Adjudicante expressamente o autorizar;

9.2 A documentação produzida ao abrigo do contrato será propriedade da Entidade Adjudicante;

9.3 Toda a documentação deverá ser entregue em formato eletrónico, desprotegida para leitura e escrita e compatível com ferramentas de produtividade comuns.

Cláusula 10.^a

Dever de sigilo e confidencialidade

10.1 O Adjudicatário compromete-se a não divulgar, durante e após a execução do Contrato, quaisquer informações que obtenha no seu âmbito;

10.2 A documentação e informação cobertas pelo dever de sigilo e confidencialidade não podem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta

e exclusivamente à execução do Contrato;

10.3 O Adjudicatário só pode divulgar informações referidas no número anterior mediante autorização prévia e expressa da Entidade Adjudicante;

10.4 Consideram-se informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, aquelas a que o Adjudicatário tenha acesso no âmbito da execução do Contrato;

10.5 O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável às entidades subcontratadas pelo Adjudicatário e aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos na execução do Contrato;

10.6 Exclui-se do âmbito dos números anteriores toda a informação gerada durante a execução do presente Contrato, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que sejam do conhecimento público ou que a Adjudicatário seja obrigada a revelar por força de disposição legal, de decisão judicial ou administrativa.

CAPÍTULO III – OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 11.ª Preço contratual

11.1 Pelo cumprimento das obrigações previstas no presente caderno de encargos, bem como das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve a Entidade Adjudicante pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido;

11.2 O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, designadamente, despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial;

11.3 Não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 12.ª Condições de pagamento

12.1 As quantias devidas pela Entidade Adjudicante devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela Entidade Adjudicante das faturas;

12.2 Se a Entidade Adjudicante discordar dos valores indicados nas faturas deve comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida;

12.3 Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 2, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO IV – CONSEQUÊNCIAS DO INCUMPRIMENTO CONTRATUAL

Cláusula 13.ª Sanções contratuais

13.1 Em caso de incumprimento do prazo de execução do contrato, por causa imputável ao Adjudicatário, é devida uma penalidade em valor correspondente a 1% (um por cento) do preço contratual por cada 24 horas de atraso;

13.2 As penalidades previstas na presente Cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente;

Cláusula 14.ª Resolução do contrato

14.1 Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer obrigação contratual ou legal;

14.2 O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante;

14.3 O Adjudicatário pode resolver o contrato nos termos do n.º I do artigo 332.º do CCP.

Cláusula 15.ª

Casos fortuitos ou de força maior

15.1 Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no Contrato;

15.2 Para os efeitos previstos no número anterior, considera-se caso fortuito ou de força maior o facto praticado por terceiro pelo qual a parte não seja responsável, direta ou indiretamente, ou cuja verificação a parte não tenha comprovadamente contribuído nem pudesse evitar, bem como qualquer facto natural, situação imprevisível e inevitável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias pessoais das partes, como sejam, entre outros:

- a. atos de guerra ou de terrorismo;
- b. embargos ou bloqueios internacionais;
- c. catástrofes naturais que afetem as instalações ou a capacidade produtiva das partes;
- d. greves gerais ou setoriais que impliquem quebra total da capacidade produtiva das partes;
- e. epidemia, doença grave ou falecimento de meios humanos afetos à execução do Contrato;

15.3 Não constituem força maior, designadamente:

- a. greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- b. determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
- c. incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- d. avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
- e. eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

15.4 A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

15.5 O Adjudicatário deve, no prazo máximo de 1 (um) dia a contar do conhecimento da ocorrência, notificar a Entidade Adjudicante da duração previsível do acontecimento e dos seus efeitos na execução do Contrato, juntando certificado das entidades competentes que ateste a veracidade e exatidão dos factos alegados e oferecendo prova de, em tempo devido, ter esgotado todos os meios para reduzir ao mínimo o atraso e os prejuízos na execução do Contrato.

15.6 Se o Adjudicatário não puder, por razões que não lhe sejam imputáveis, apresentar os certificados referidos no número anterior dentro do prazo aí previsto, deve apresentá-los logo que possível, apresentando igualmente a justificação para tal atraso.

15.7 O incumprimento por parte do Adjudicatário do disposto nos números 4 e 5 implica a sua responsabilidade pelo incumprimento das obrigações contratuais em causa, não podendo invocar os direitos previstos no número 1.

15.8 Os prazos de cumprimento das obrigações que, no momento em que ocorreu o caso fortuito ou de força maior, se encontravam em curso devem ser prorrogados pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de caso fortuito ou de força maior.

Cláusula 16.^a

Atos imputáveis a terceiros

Sempre que a ADJUDICATÁRIO seja impedido de cumprir qualquer das obrigações

decorrentes do Contrato, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deve, no prazo máximo de 1 (um) dia a contar da ocorrência de tal facto, disso informar a ENTIDADE ADJUDICANTE, por forma a que esta fique habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17.ª Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 18.ª

Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do Contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 19.ª Gestor do Contrato

19.1 A execução do presente Contrato será permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Entidade Adjudicante;

19.2 O gestor de contrato tem as competências previstas no artigo 290.º-A do CCP;

19.3 No clausulado contratual será identificado, a identificação do gestor de contrato.

Cláusula 20.ª Comunicações e notificações

20.1 As notificações, informações e comunicações a realizar ao abrigo do contrato devem ser efetuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo;

20.2 As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre a Entidade Adjudicante e o ADJUDICATÁRIO, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do CCP.

20.3 As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição;

20.4 As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham

como destinatário a Entidade Adjudicante, efetuadas após as 17 (dezassete) horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 (dez) horas do dia útil seguinte.

Cláusula 21.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

Sem prejuízo das exceções constantes das alíneas *a)* e *b)* do n.º I do artigo 318.º do CCP, o Adjudicatário não pode recorrer à subcontratação ou ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual, sem prévia autorização da ENTIDADE ADJUDICANTE.

Cláusula 22.ª Contagem dos prazos

Os prazos previstos no caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.ª Legislação aplicável

O Contrato é regulado pela lei portuguesa.

ANEXO I – Especificações TÉCNICAS

As atividades desenvolvidas são as seguintes:

- A. Gestão Administrativa;**
- B. Programa de Segurança do Trabalho;**
- C. Programa de Saúde do Trabalho;**
- D. Programa de Promoção da Saúde e Formação;**

A. Gestão Administrativa;

- Sistema informático próprio para a gestão da Saúde Ocupacional, que permite a organização e manutenção de registos clínicos e outros elementos informativos relativos a cada trabalhador, cumprindo os requisitos inerentes à proteção de dados e sigilo profissional;
- Gestão administrativa das marcações de exames de diagnóstico e exames médicos (admissão, periódicos, ocasionais) ou outras;
- Apresentação de relatórios de atividades de Saúde e Segurança no Trabalho, bem como os demais relatórios tidos como pertinentes;
- Informação necessária ao preenchimento do Anexo D do Relatório Único ou do Balanço Social;
- Informação de documentos legais exigidos por força da legislação em vigor;
- Informação sobre os procedimentos instituídos para a prestação dos serviços que sejam contratualizados;
- Informação atualizada sobre as atividades realizadas e a desenvolver;
- Organização de formação.

B. Programa de Segurança do Trabalho;

➤ **Avaliação geral das condições de trabalho:**

- Avaliação de espaços de trabalho, zonas técnicas, zonas de utilização comum, entre outras;

- Identificação das necessidades de intervenção e cumprimento de requisitos legais;
- Relatório com a definição de prioridades de intervenção;
- Auditorias de acompanhamento e análise das medidas propostas/implementadas.

➤ **Gestão do risco profissional:**

- Diagnóstico das condições de trabalho e proposta de intervenção para o cumprimento de requisitos legais
- Identificação de fatores de risco e avaliação do risco profissional em todos os postos de trabalho, por trabalhador e elaboração de ficha individual
- Avaliação do risco nos espaços de trabalho, zonas técnicas, zonas de utilização comum e zonas de armazenamento, entre outras
- Elaboração de relatório de avaliação do risco profissional com a definição de prioridades de intervenção
- Realização de auditorias de acompanhamento e monitorização de medidas propostas/implementadas

➤ **Acidente de trabalho:**

- Análise do acidente de trabalho, quando comunicado ao SSO-IPL
- Caracterização do acidente de trabalho
- Emissão de relatório

C. Programa de Saúde do Trabalho;

➤ **Exames de Diagnóstico**

- Avaliação da Visão
- Avaliação em Cardiopneumologia
- -Eletrocardiograma
- -Espirometria (se justificável)
- Análises Clínicas - hemograma completo com fórmula leucocitária e contagem de plaquetas, glicémia em jejum, análise sumária da urina (tipo II), triglicérideos, colesterol, hdl, colesterol ldl, colesterol total, ggt, tgo, tgp, creatinina, bilirrubina total, bilirrubina direta, fosfatase alcalina, ácido úrico, ureia, PSA (≥50anos)

➤ **Enfermagem no Trabalho**

- Identificação de hábitos comportamentais de risco para a saúde
- Avaliação dos parâmetros biométricos
- Avaliação do estado vacinal dos trabalhadores
- Administração de vacinas - tétano ou outras disponibilizadas pelos trabalhadores

➤ **Medicina no Trabalho**

- Exames Médicos: Exame de admissão; Exame periódico; Exame ocasional
- Avaliação dos Exames de diagnóstico realizados no SSO-IPL ou externos
- Encaminhamento para outras especialidades
- Acompanhamento e revalidação de Receituário
- Emissão de ficha de aptidão para o trabalho
- Emissão de atestados de aptidão física
- Declaração e acompanhamento de doenças profissionais e de acidentes de trabalho

Exames de Diagnóstico - Conforme os fatores de risco a que os trabalhadores se encontram expostos, e por indicação do Médico do Trabalho, para além destes exames de diagnóstico pode haver necessidade da realização de outros exames. Ainda, poderão ser realizadas outras análises clínicas, a pedido do trabalhador, com prescrição externa ou interna, ficando a cargo deste os custos inerentes às mesmas.

Exames Médicos - Exames de Vigilância da Saúde são categorizados em:

— **Exame de admissão/inicial:** considera-se que todos os trabalhadores devem ter uma avaliação inicial, após contratualização do SSO-IPL, bem como os trabalhadores admitidos durante o período de contrato, antes do início da admissão ou se a urgência de admissão o justificar, nos 15 dias seguintes.

Exame periódico: de periodicidade anual, para os trabalhadores com mais de 50 anos e bianual para os demais trabalhadores – **de carácter obrigatório.**

— **Exame ocasional:** sempre que se verifiquem alterações dos componentes materiais de trabalho que possam ter

repercussões na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias, por doença, por motivo de acidentes de trabalho. Ainda, a pedido do trabalhador, por indicação médica ou da entidade patronal.

O Médico do Trabalho faz a análise dos resultados dos exames, da avaliação da exposição aos fatores de risco existentes no posto de trabalho e da avaliação da enfermeira do trabalho. O resultado desta análise proporciona a emissão da **Ficha de Aptidão para o Trabalho** (Portaria nº 71/2015, de 10 de março).

Se a situação de saúde o justificar, o Médico do Trabalho aconselha o trabalhador da necessidade de seguimento por outras especialidades.

Se no âmbito do contrato forem adjudicadas atividades do PCA, nomeadamente consultas de psicologia, e havendo permissão para tal da entidade contratante, o Médico do Trabalho poderá encaminhar o trabalhador para a consulta de acompanhamento psicológico disponível no SSO-IPL.

D. Programa de Promoção de Saúde e Formação;

A promoção de saúde e a formação no local de trabalho pretendem contribuir para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar do trabalhador. O conhecimento favorece a capacidade para tomar decisões em saúde fundamentadas, nos diversos contextos, aqui especialmente, no local de trabalho. A Organização Mundial da Saúde define literacia em saúde como o conjunto de “competências cognitivas e sociais e a capacidade dos indivíduos para ganharem acesso a compreenderem e a usarem informação de formas que promovam e mantenham boa saúde”. A promoção da saúde implica prevenção, ou seja, conhecer para colocar em prática um conjunto de atitudes que levem a evitar determinados riscos.

A Promoção da Saúde e Formação encontram-se integradas nas atividades previstas quer no Programa Básico de Atividades quer no Programa Complementar de Atividades. Assim sendo, estas atividades são apresentadas conjuntamente com as outras atividades previstas em cada programa.

Tabela A - Perfil Básico de atividades

A. Gestão Administrativa do projeto

B. Segurança no Trabalho

B.1. Gestão do risco profissional:

- Diagnóstico das condições de trabalho e proposta de intervenção para o cumprimento de requisitos legais;
- Identificação de fatores de risco e avaliação do risco profissional em todos os postos de trabalho, por trabalhador e elaboração de ficha individual;
- Avaliação do risco nos espaços de trabalho, zonas técnicas, zonas de utilização comum e zonas de armazenamento, entre outras;
- Elaboração de relatórios de avaliação do risco profissional, com a definição de prioridades de intervenção;
- Realização de auditorias de acompanhamento e monitorização de medidas propostas/implementadas.

B.2. Acidente de trabalho:

- Análise do acidente de trabalho, quando comunicado ao SSO-IPL;
- Caracterização do acidente de trabalho;
- Emissão de relatório.

C - Saúde no Trabalho

C.1. Vigilância da Saúde do trabalhador

- Medicina do Trabalho;

- Enfermagem e Vacinação;
- Exames de Diagnóstico: Análises Clínicas, Avaliação da Visão, Eletrocardiograma.

C.2. Doenças profissionais

- Perante suspeita de doença profissional, é comunicado às entidades competentes, através do preenchimento dos formulários exigidos para a presunção de doença profissional;
- Análise das situações de trabalho de trabalhadores com restrições médicas, para definição dos postos de trabalho possíveis de executar sem agravamento do estado de saúde.

D- Promoção da Saúde e Formação

- Boas Práticas aplicáveis ao posto de trabalho: formação on job;
- Perceber a autoperceção e expectativa dos trabalhadores: aplicação de questionário;
- Identificação para a Prevenção dos Riscos Psicossociais: aplicação do questionário COPSOQ II.

Destas atividades é efetuado o respetivo relatório de atividades e propostas oportunidades de melhoria.

Para além das atividades referidas no PBA poderão ser identificadas, pelo médico do trabalho ou pela entidade contratante, necessidades adicionais, que terão de ser antecedidas de acordo entre as partes, pois representam custos adicionais. Em seguida, listam-se algumas das atividades que podem ser contratualizadas, em complementaridade.

Tabela B - Perfil Complementar de Atividades
(Programas/Exames que poderão ser adjudicados ao longo do contrato)

Custo

Saúde no Trabalho	Exames Diagnóstico:	20,00 €
	Espirometria, Audiometria	

Outras análises: de acordo com o contrato em --

vigor com o prestador de serviços

Consultas de Nutrição, de Psicologia (1ª consulta) 35,00 €

Consultas de seguimento 30,00 €

Consultas “pack” de 12 consultas 300,00 €

Promoção da Saúde e Formação	Riscos Psicossociais: intervenção e gestão de riscos, após aplicação do COPSOQII, inclui análise de resultados, plano de intervenção, reuniões/formação	1250,00 €
-------------------------------------	---	-----------

Lesões Músculo-esqueléticas Ligadas ao Trabalho (LMELT): diagnóstico e prevenção (4H até 20 formandos) 360,00 €

Gestão de Conflitos (7H até 20 formandos) 600,00 €

Mindfulness (4H até 20 trabalhadores) 360,00 €

Gestão de Equipas e Liderança (7H até 20 formandos) 600,00 €

Saúde e Segurança no Trabalho: conhecer para melhor gestão dos riscos (7H até 20 formandos) 600,00 €

Gestão de Stress e técnicas de relaxamento (7H até 20 formandos) 600,00 €

Curso de Primeiros Socorros (7H até 10 formandos) 600,00 €

Outros cursos, a acordar (sensivelmente 4H: 360€ e 7H: 600€ dependendo o custo, também, do número de formandos por ação)

